

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/>

N.º 19 - Verão de 2005

«FINANCIAR DÍVIDAS» É... UM PERIGO! – <i>João Pedro Gomes</i>	1
A PROPÓSITO DE «TERMINATION» – <i>Maria do Céu Sacramento</i>	3
O COMBOIO PARA ANTUÉRPIA – <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	5
GOTAS DE ÁGUA – <i>Rosa Mesquita</i>	6
GLOSSOMANIAS – <i>Rosa Mesquita</i>	7
A TRADUÇÃO VISTA POR UM JURISTA (I) – <i>Pedro Guerra e Andrade</i>	10
TEXTOS UNILINGUES, TEXTOS PLURILINGUES – ORDEM DAS LÍNGUAS – <i>Maria do Céu Sacramento e Paulo Correia</i>	12
REGIÕES DOS NOVOS ESTADOS-MEMBROS (EU10) – 1.ª PARTE – <i>Paulo Correia e Susana Gonçalves</i>	14
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS, IDIOSSINCRASIAS CURIOSAS DA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>Augusto Múrias</i>	17

«Financiar dívidas» é... um perigo!

João Pedro Gomes
Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia

Entregar dinheiro a alguém para o «ajudar» a contrair novas dívidas não é muito defensável. Nem saudável. E é um perigo para todas as partes directa ou indirectamente envolvidas na operação: para quem pede emprestado, para quem empresta e... para quem tem de traduzir «debt financing».

É certo... que traduzir por «financiar dívidas» nem sempre é errado: pode tratar-se de uma dívida que, de qualquer modo, já existe (caso típico: a do Estado, a dívida pública) e para a qual se pondera a repartição das possíveis fontes de fundos ou de casos em que, perante uma descida geral das taxas de juro, se pretende renegociar (mais do que propriamente financiar) uma dívida de médio/longo prazo.

Na maior parte dos casos, os tradutores entram pelo «financiamento das dívidas» sem sequer darem por nada, pois tudo parece corresponder ao original inglês «debt financing» e até tem uma conotação técnico-financeira que fica sempre bem.

Enigmático? Nim! Mas vamos a factos.

Muitas e muitas ocorrências da expressão «debt financing» aparecem nos textos traduzidos para português como «financiamento da dívida». E, em 99,9% dos casos, erradamente.

Mas então como é que estaria certo? No Concordance do Euramis⁽¹⁾ podemos encontrar vários bons exemplos, com soluções diversas, mas todas certas, adaptadas ao contexto respectivo, como «financiamento através de capitais alheios», «endividamento», «(acesso ao) crédito», «financiamento decorrente da contracção de empréstimos», «financiamento através de empréstimos», «financiamento externo» – sem pretender ser exaustivo.

O que está quase sempre mal é, pois, o «financiamento da dívida». Só em casos muito específicos (v. acima) é que esta tradução corresponde à realidade, como quando se fala da dívida pública e, por exemplo, se está a analisar onde é que o Estado foi ou vai buscar dinheiro para cobrir o défice orçamental (ao sector financeiro? às outras empresas? às famílias (poupança)? aos impostos? ao exterior?), num contexto de contas nacionais. Quando se fala de empresas ou de pessoas singulares, «financiar a dívida» é sinal suficiente para, no mínimo, o tradutor travar a fundo antes de se esbarrar.

De que se trata, afinal?

Muito (mas mesmo muito) resumidamente e de forma muito simplificada, temos de pensar num balanço, com os seus dois lados, o activo e o passivo, sabendo que o total do activo é sempre igual ao total do passivo.

O activo corresponde às utilizações que a empresa dá aos meios postos à sua disposição. Assim, pode usar esses meios aplicando-os em edifícios, máquinas, camiões, material em armazém (existências), depósitos bancários, títulos de outras empresas, etc..

O passivo corresponde às origens desses meios. Ora, se alguém põe meios à disposição de uma empresa, esta fica-lhos a dever. Assim, tudo o que está no passivo são dívidas (en: «liabilities»). Porém, há uma distinção fundamental a fazer entre dois tipos de dívidas: a empresa pode dever dinheiro aos seus próprios donos ou a outros, a terceiros.

Notar que a empresa (pessoa colectiva) não se confunde com os seus donos, sejam eles sócios ou accionistas, e que podem ser eles próprios outras empresas ou pessoas singulares: se os sócios A, B e C lá põem dinheiro, como capital social, por exemplo, a empresa fica-lhes a dever esse dinheiro. Mas A, B e C, os donos, não são a empresa, entidade autónoma. O dinheiro que a empresa deve aos seus donos é o capital próprio (en: «equity», palavra que hoje parece algo estranha, mas que, basicamente, quer dizer que duas pessoas que disponham do mesmo capital têm na empresa os mesmos direitos - o que é justo, correcto, equitativo).

Quando a empresa precisa de se financiar (para comprar máquinas, substituir edifícios, etc.), só pode ir buscar dinheiro a dois sítios, que, como são origens de meios, vão estar do lado do passivo: ou vai buscá-lo aos donos (seja aos que já o são, seja abrindo-se a novos sócios/accionistas), obtendo assim um aumento do capital (social); ou vai buscá-lo fora, a terceiros (a bancos, através de empréstimos; a outras empresas, através de créditos comerciais; ao público (com ou sem bancos) através de obrigações, etc.).

A solução para o tradutor está aqui: se o financiamento é feito através do aumento do capital próprio («equity»), trata-se de «equity financing»; se o financiamento é conseguido fora (ou seja, através de «debts»), trata-se de «debt financing», ou seja, financiamento através de capitais alheios/empréstimos/etc.. [Assim, também «equity financing» não é normalmente «financiamento do capital próprio» (o qual, em princípio, quando a empresa se mete nestas operações, já estará realizado), mas sim «financiamento através do aumento do capital social (ou do capital próprio em geral)».]

⁽¹⁾ Base de dados fraseológica da DGT.

A opção por um tipo de financiamento ou outro («equity vs. debt financing») depende da estratégia, dos interesses, dos custos, do mercado, das possibilidades e necessidades de cada empresa em cada momento. Cada tipo tem as suas vantagens e desvantagens.

De qualquer modo, o que é importante é ter a ideia de que, para se financiarem (com vista à compra/renovação de activos, etc.), as empresas podem recorrer (ou não) ao crédito, a dívidas a terceiros. Mas dizer que isto é financiar dívidas não é bem o que está, em geral, no espírito dos nossos autores...

Joao.Gomes@cec.eu.int



A propósito de «termination»

Maria do Céu Sacramento
Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia

O termo inglês «*termination*», de ocorrência frequente em contratos, acordos e convenções, foi traduzido para português das mais variadas formas: de resolução (a mais frequente) a denúncia, passando por cessação, termo e rescisão, as opções dos tradutores foram bastante variadas, nenhuma delas estando necessariamente errada.

No entanto, é útil esclarecer o conceito subjacente para sistematizar as figuras que pode abranger.

Circunscrevendo as pesquisas ao domínio do direito das obrigações (em especial, dos contratos), o «Legal Thesaurus», de William C. Burton, apresenta como sinónimo de «*termination*», nomeadamente, as seguintes figuras: *extinguishment*, *cancellation*, *discharge*, *expiry*, *rescission*. Assim sendo, e simplificando bastante, um contrato pode ser «*terminated*» por vontade das partes ou por motivos distintos dessa vontade, pelo cumprimento de todas as obrigações que comporta ou pelo incumprimento (total ou parcial) dessas obrigações.

Mas «*termination*» também se utiliza no domínio do direito internacional público: o «Oxford English Dictionary» e o «Black's Law Dictionary» definem a denúncia de um acordo internacional como a notificação formal de «*termination*»...

Em suma, «*termination*» pode designar figuras distintas, com características específicas e nem sempre designadas de maneira uniforme nas doutrinas nacionais. À ausência de designação inequívoca dessas figuras no direito interno acresce a ausência de uma correspondência absoluta das mesmas nos diversos ordenamentos jurídicos.

Consequentemente, é aconselhável optar pela tradução mais genérica sugerida a propósito dos tratados internacionais na ficha IATE n.º 880857, ou seja, «**extinção**» (da obrigação, do contrato, do acordo, da convenção, do tratado...).

No entanto, o texto a traduzir pode conter informações que permitam identificar claramente a figura específica designada por «*termination*». Nesses casos, se verificar que existe uma correspondência inequívoca entre a figura designada e uma figura do seu direito, o tradutor pode considerar oportuno particularizar o termo genérico.

Por esse motivo, talvez aproveite a alguém a síntese das figuras abrangidas pelo conceito geral de extinção, com as correspondências (possíveis) nas duas línguas de trabalho mais frequentes, que proponho no quadro seguinte.

pt: EXTINÇÃO – en: TERMINATION – fr: EXTINCTION		
Nulidade	Nullity/Voidance	Nullité (absolue)
Anulabilidade	Rescission (ou <i>rescision, rescission, rescision</i>) <i>«to abrogate (a contract or transaction) by mutual agreement, judicial decree, or unilateral declaration because of fraud, mistake, duress, misrepresentation, illegality [...]»⁽²⁾ - «The setting aside of a voidable contract which is thereby treated as if it had never existed»⁽³⁾.</i>	Rescision Extinção unilateral do vínculo contratual com fundamento num vício extraordinário na formação do contrato: a lesão de uma das partes ⁽⁴⁾ .
Prescrição	Prescription (to lapse)	Prescription
Caducidade	Expiry (Expiration)	Expiration (<i>arriver à l'échéance</i>)
Revogação	Revocation Repeal Abrogation	Abrogation (acto bilateral)
Distrato		Révocation (acto unilateral que extingue um acto anterior ou um contrato)
Retratação	Withdrawal Revocation	Rétractation Révocation
Resolução Rescisão	Rescission (ou <i>rescision, rescission, rescision</i>) <i>«a party's unilateral unmaking of a contract for a legally sufficient reason, such as the other party's material breach»⁽⁵⁾; «to abrogate (a contract or transaction) by mutual agreement, judicial decree, or unilateral declaration because of [...] breach, or another sufficient ground with both parties restored to their positions before the contract was made»⁽⁶⁾.</i>	Résolution Résiliation <i>«Interruption d'un contrat causée par l'inexécution des obligations de l'une des parties qui permet aux parties de se retrouver dans l'état où elles étaient avant la conclusion du contrat»⁽⁷⁾.</i> No entanto, no direito francês, há diferenças claras entre as duas figuras: a « <i>résolution</i> » opera em contratos de execução

⁽²⁾ Merriam-Webster's Dictionary of Law.

Quando a figura «*rescission*» (en) tem estes fundamentos, estamos perante a figura da anulação do contrato e não da sua rescisão. O erro, o dolo, a coação, etc., não são fundamentos de rescisão no direito português. No nosso ordenamento jurídico, os contratos com estes vícios consideram-se feridos de invalidade desde o momento da sua constituição, não fazendo sentido falar da rescisão de um contrato que não pode sequer considerar-se validamente constituído. Atenção: «*rescission*» (en) pode efectivamente corresponder à rescisão portuguesa quando os seus fundamentos são outros...

⁽³⁾ Oxford Dictionary of Law.

⁽⁴⁾ Em princípio, não se considera que a lesão de uma das partes constitua um vício do próprio contrato. No entanto, no Código Civil francês, o legislador entendeu que em condições excepcionais, específicas e limitadas, a lesão deve ser equiparada a um vício na formação do contrato, do qual decorre a «*nullité relative*» (anulabilidade, na terminologia do actual Código Civil português) desse contrato. Quando é correctamente utilizado, o termo «*rescision*» (fr) refere-se à extinção do vínculo contratual com fundamento na lesão de uma das partes, que o Código Civil português não equipara a um vício do próprio contrato. Por esse motivo, se, de acordo com o direito francês, tal lesão confere à parte lesada o direito à «*rescision*», de acordo com o direito português essa parte tem o direito de pedir a anulação do contrato lesivo e não de o rescindir.

⁽⁵⁾ GARNER, BRYAN A.- A Dictionary of Modern Legal Usage e Black's Law Dictionary.

⁽⁶⁾ Merriam-Webster's Dictionary of Law.

⁽⁷⁾ CONSEIL INTERNATIONAL DE LA LANGUE FRANÇAISE - Base de terminologie.

	<p>Repudiation</p> <p><i>«a contracting party's words or actions that indicate an intention not to perform the contract in the future. Though the definitions <u>suggest precise meanings for these terms [rescission and repuditaion]</u>, they are frequently confused.»</i></p>	<p>instantânea (por exemplo, compra-e-venda) e tem efeitos retroactivos; a «résiliation» opera em contratos de execução duradoura (por exemplo, o arrendamento) e só produz efeitos para futuro.</p>
<p>Denúncia</p>	<p>Denunciation</p> <p>Withdrawal</p>	<p>Dénonciation</p>
<p>Recesso</p>	<p>Withdrawal</p>	<p>Retrait</p>

Maria.Sacramento@cec.eu.int



O comboio para Antuérpia

Luís Filipe P.L. Sabino
Comité Económico e Social Europeu – Comité das Regiões

Pega-se numa folha nem muito ampla nem muito escassa; o suficiente para nela apor uns gatafunhos, porque o caos está no princípio de tudo. Presta-se a devida atenção para que o cão nela não pegue e a leve para o canto da cozinha, do gato escondido, este também escondido, mas com o rabo de fora. Colhem-se na árvore de fruta antiga, com algum estro e sabedoria próprios batidos em castela — não a velha inimiga da terra lusitana, pois que o vocábulo vai grafado com minúscula inicial —, aqueles conhecimentos que na base de tudo são, tendo a cautela de usar os verbos ser e estar correctamente, não só para que os alienígenas não sejam levados no arдил, mas também para que os indígenas possam destrinçar o transitório do perene e vice-versa. Claro que podemos dispensar a folha nem muito ampla nem muito escassa, se o teclado *ólivéti* e o *itáchi* o permitirem, porque estes por vezes simplesmente não estão para isso. Podemos pôr, então, a abertura da Traviata, porque o belo e a loucura fazem falta numa tradução. Veja-se também o prazo e o tema e a língua de partida porque pode dar-se o caso de haver que mergulhar o texto em banho-maria, não o traduzindo directamente. Rapa-se de algumas noções e expressões e frases antes obtidas, se for o caso em textos de linguagem de especialidade, e que ficaram, pelo desuso, ocultas em lugares da memória, porque há que evitar que o resultado da tradução seja ainda mais insípido que um longo discurso, este, como sabido é, curto deve ser como as mini-saias. Posterguem-se as frases longas, como o réprobo faria em relação ao ergástulo que o aguardasse no termo do pleito, reclamando do seu causídico recursos e chicanas processuais para postergar as reixas. Refutem-se também, vertendo-os em panela de ferro de testo grave, as frases repletas de adjectivos que empastelam a comunicação. Use-se com abundância o verbo haver, e recuse-se o permanente relativo «que» e o termo «relativo», pois que o que é demais pode desenxabir a redacção, nada adindo à cozedura. O gerúndio, se bebido com moderação como o fluido de bacelo, é aconselhável, pois aligeira o texto e resolve muitos obstáculos. É mister que o leitor sinta que navega no texto, à imagem do que o escritor catalão Josep Pla dizia dos holandeses quando dormiam, devido ao então princípio da construção das camas batavas em caixotões típicos das camas de barcos. Mas,

claro, que se navega em águas chãs, género canal dos neerlandeses. Já não falo de fidelidade ao original, matéria árdua, pois que sobre isto muito dissertar pode haver (ele até há quem compare as traduções às mulheres, mas por aqui não vou), não se devendo aí entender que a tradução deva ter o mesmo número de linhas do original traducendo, até porque este, amiúde, é superfluamente prolixo. O tradutor, enquanto autor de um original (o texto traduzido), deve considerar a sua língua e ver a tradução a partir dela, insubmetendo-a aos caprichos do autor da página a traduzir ou às características próprias da língua de partida. Até porque, na tradução efectuada nas instituições da UE, o texto traduzido é claramente um original a par e com o valor do original de que foi trasladado. E advertência: não inserir na tradução tudo o que há no dicionário só porque ali está. Se se menos conhece a língua-alvo é melhor tirar o cavalo da chuva e procurar outro ofício, pois que seria o mesmo que fazer açorda com endívias, ou tomar o comboio para Antuérpia quando o destino é Charleroi. Por isso que o tradutor deva manter contacto permanente com a língua portuguesa e dela haver leituras assíduas. E pode, outrossim, lançar mão de expressões latinas — com aquela parcimónia com que os escoceses administram o património próprio — como *ridendo castigat mores*.

luis.sabino@esc.eu.int



Gotas de água

Rosa Mesquita
Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia

Ele partiu a sua perna? A princesa X já não esconde a sua gravidez? – Desculpe, o Sr. está grávido?

Que se saiba, e até a nossa língua dar tal cambalhota, em português partimos *uma* perna, quando é a nossa, porque o possessivo indicaria que a partimos a um terceiro. Tal como dizer que a senhora tal já não consegue esconder *a* gravidez, é obviamente a dela e não uma alheia, caso em que, então sim, seria necessário um possessivo.

Porque⁽⁸⁾ insistir em formulações do tipo «A União Europeia e os *seus* Estados-Membros», em vez de «A União Europeia e os Estados-Membros»?

Se o que se pretende é que o pleonismo reforce as diferentes unidades, a segunda formulação é mais eficaz – e talvez não seja por acaso...

Pois, pois! Ouvem-se daqui (como dizia o Júlio Diniz, não é preciso ir ao Porto) as arengas «filosóficas» sobre as implicações jurídicas, as «consagrações da casa», as insinuações indetectadas pelo tradutor, como se não se tratasse de opções de profissionais experientes, mas da leviandade de estilos canhotos.

Defender que o tradutor técnico «não deve fazer literatura» ou que «escreve demasiado bem» são tentativas desajeitadas de justificar opções estilísticas que por vezes são mera sujeição à estrutura da língua de partida.

Se não, considere-se o seguinte (porquê preferir a segunda em detrimento da primeira?):

«Aucun concours n'est prévu»

Não está previsto nenhum concurso / Não está previsto qualquer concurso

⁽⁸⁾ Sobre a polémica «por que» / «porque» ver «Glossomanias».

«Guidelines on the use of X for operational officers»

Directrizes de utilização da X em intenção dos funcionários pertinentes / Directrizes de utilização da X para os funcionários dos serviços operacionais

«and is thus an integral element»

torna-se parte integrante / sendo um elemento fundamental

«X also seeks to provide information to support risk analysis»

com X pretende-se igualmente fornecer informações que corroborem a análise do risco / a X procura igualmente fornecer informações para apoiar a análise dos riscos

«...peuvent également se poursuivre sans être précédées d'un dialogue politique»

podem realizar-se sem a ocorrência prévia de diálogo político / podem realizar-se sem serem precedidas de um diálogo político

«Reference is made...»

Faz-se referência... / É feita referência...

Há que distinguir um resultado (tradução) em que a língua se caracterize pela independência ou, consoante os gostos, a dependência do original, de um resultado em que a nossa língua (visto que dela se trata neste caso) se afaste da norma. Estando ela assegurada, trata-se apenas de aceitar opções legítimas do tradutor. Não podemos confundir preferências com correcção, sob pena de impormos as nossas soluções a terceiros. Tal abordagem seria, ela sim, ilegítima.

E se, por vezes, falha a esperança de fazer ouvir esta razão, a verdade é que aquela é a última a morrer - e nós ainda cá estamos.

Rosa.Mesquita@cec.eu.int



Glossomanias

Rosa Mesquita

Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia

As notas que aqui se apresentam resultam de dúvidas surgidas no nosso trabalho diário e têm por objectivo contribuir com resultados de pesquisas que, não sendo definitivas, poderão concorrer para uma reflexão mais geral.

As questões levantadas dizem respeito à utilização do participípio, «ter respeito por/de» e «porque/por que».

Participípio

No primeiro caso, parece-nos que bastará consultar a «Estilística da Língua Portuguesa»⁽⁹⁾, de Rodrigues Lapa (RL), para se esclarecerem eventuais dúvidas.

Com efeito, citando RL, gramaticalmente ambas as formas do **participípio** estão correctas, seja a regular ou a irregular.

⁽⁹⁾ Lapa, M. Rodrigues – Estilística da Língua Portuguesa. Coimbra Editora, Lda. 1979.

regular	irregular
acendido	aceso
matado	morto
salvado	salvo
...	...

Estilisticamente, no entanto, com **TER** e **HAVER** é mais usual o particípio regular:

- Tinha acendido o candeeiro.
- Tinha gastado o dinheiro todo⁽¹⁾.

Se se comparar «tinha acendido o candeeiro» com «o candeeiro ficou aceso», é fácil concluir o seguinte:

- particípio irregular: exprime o estado (carácter estático) «está morto»;
- particípio regular: representação dinâmica, «tinha matado o porco».

Ter respeito por/de

Já a questão da preposição a utilizar com «ter respeito por/de» é menos pacífica.

Na realidade, embora as consultas efectuadas pareçam legitimar apenas a forma «ter respeito por» (é o caso do «Dicionário Estrutural Estilístico e Sintáctico da Língua Portuguesa»⁽²⁾), há alguns exemplos de utilização que criam opositores a esta opção. É o caso, nomeadamente, de regionalismos, na formulação «O respeito **dos** pais é muito bonito!». O regionalismo, no entanto, não nos parece ser razão suficiente para legitimar a sua utilização escrita. Nenhum de nós escreve que «controla rotundas», embora a corruptela de «contorna» não nos mereça chacota na fala do (utilizando a expressão de RL na obra já citada) «povo analfabeto», cuja intuição, em muitas outras circunstâncias, nos é preciosa. «Respeito **dos** pais» pressupõe a elipse numa formulação menos correcta («respeito de *alguém pelos* pais») ou, talvez, alguma confusão com «**em respeito de**» (por exemplo, no Preâmbulo da quinta revisão constitucional da Constituição da República Portuguesa, pode ler-se: «... **no respeito da** vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno» - naturalmente, nem seria preciso ir tão longe!). Parece-nos evidente que temos de ter respeito pela Língua Portuguesa e é no respeito dela que estas reflexões se impõem.

Porque/por que

Quanto à terceira polémica (porque/por que), inclui-se seguidamente a contribuição que nos foi enviada pelo revisor da Editorial Bizâncio, Helder Guégués, que prontamente acedeu a que fosse divulgada. Não bastara a clara argumentação, poderíamos perguntar aos mais cépticos qual a razão de ser da existência do advérbio interrogativo (porque), perante a teoria que defende que sempre que se possa subentender (por que) «motivo», a grafia é «preposição + pronome»...

Mensagem de H. Guégués:

«Ora bem, defendem o nosso ponto de vista os consultores da Sociedade de Língua Portuguesa quase em peso (José Neves Henriques, A. Tavares Louro, Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, D'Silvas Filho, etc.), F. Rebelo Gonçalves (no imprescindível *Vocabulário de Língua Portuguesa*, p. 812, Coimbra, 1966), José Manuel de Castro Pinto (no *Novo Prontuário Ortográfico* e em todas as suas obras), Rodrigo de Sá Nogueira (que não

⁽¹⁾ No entanto, diz-nos ainda RL, há preferências consagradas, como: gasto, escrito, salvo...

⁽²⁾ Énio Ramalho – Dicionário Estrutural Estilístico e Sintáctico da Língua Portuguesa. Lello & Irmão Editores, Porto. [1985].

concorda, mas, sensato, manda seguir a regra porque assim está estabelecido), António Marques, João Malaca Casteleiro, Daniel Ricardo, Edite Estrela, Maria Almira Soares, Maria José Leitão, António Afonso Borregana, o júri do Campeonato Nacional da Língua Portuguesa e muitos, muitos outros, que seria fastidioso enumerar. Até não vá acontecer o mesmo que àquele ancião citado por Fúlpio, que não pôde suportar a leitura dos tratados médicos sobre a morte, sucumbindo... Contudo, não queria deixar de lhe dar a conhecer a seguinte explicação em verso, da autoria de Irondino Teixeira de Aguiar (extraída da obra *Aprender a Brincar*, Porto Editora), que todas as criancinhas deviam saber de cor:

Por que ou porque?

Por que motivo ou razão
Este por que se mistura
Com a simples conjunção
Se tem outra contextura?!

Quando à frente vem um nome
Pelo que solicitado,
Esse que é um pronome
E o por que vem separado.

Por que caminhos andais?
Por que vias ides vós?
Por que razão vos cansais?
Por que motivo andais só?

Como em tais frases notais
Lá vem sempre antes de um nome
Sempre a valer qual ou quais
No seu papel de pronome.

Em porque vens assim altivo (?)
Porque tens esse renome (?)
O que não é relativo
Por não ter à frente um nome.

No caso agora citado
Verás, com toda a razão,
Que o porque surge ligado
Como na tal conjunção.

Queria, todavia, reafirmar: para mim, e bom seria que para todos, basta que seja assim por força da lei. Afinal, nem a lógica preside à língua nem esta deixa de ser um conjunto de convenções.»

Rosa.Mesquita@cec.eu.int



A tradução vista por um jurista (I)

Pedro Guerra e Andrade
Serviço Jurídico – Comissão Europeia

1. Excepções e isenções

Uma Colega nossa no Luxemburgo dizia-me recentemente:

- Não achas que utilizamos de mais o termo isenção?

Repara. Temos por exemplo uma norma geral aplicável a um certo número de casos. E temos uma norma excepcional aplicável a determinados casos.

Não se pode dizer que os casos regulados pela norma excepcional estão isentos da norma geral. Não se trata de isenções, trata-se de excepções.

Penso que a nossa Colega tem razão. Tenho visto muitas vezes utilizar o termo «isenção» quando não se trata de uma isenção.

Não deve utilizar-se o termo «isenção» quando o chamado «isento» não está abrangido pela norma. Por exemplo, a norma impõe determinados deveres aos proprietários de navios de mais de 1000 toneladas. Se eu tiver um navio de 900 toneladas, não se pode dizer que estou «isento» daqueles deveres. Não, pura e simplesmente não tenho esses deveres, já que não sou abrangido pela norma.

Em que é que a isenção se distingue da excepção? Nisto: os casos excepcionais não são abrangidos pela norma-regra, a norma de carácter geral. Trata-se de uma «subtracção originária» ao âmbito de aplicação da norma geral. Ao contrário, os casos de isenção estão abrangidos pela norma geral. A isenção tem a natureza de um «impedimento originário». Por exemplo todos os jovens estão obrigados a serviço militar. Mas os cegos (de acordo, invisuais) estão isentos. Não é que não estejam obrigados como todos os outros, mas a cegueira constitui um facto impeditivo.

É por isso que em Direito Fiscal se distingue a não incidência da isenção. Nos casos de isenção há incidência. O facto tributário verifica-se, mas a sua eficácia é paralisada.

Mas dizia-me a nossa Colega:

- Se é como tu dizes porque é que, em matéria de auxílios de Estado, traduzimos por isenção?

Depende. Os auxílios à seca, por exemplo, não estão isentos da proibição de auxílios. Não se trata disso. O que se passa é que não são abrangidos pela proibição.

Uma coisa é não estar abrangido. Outra coisa é estar isento.

Foi justamente esta questão ou, como dizem os juristas, esta «qualificação» que perdeu Hamlet, que não era jurista. Hamlet queria *ser* um homem orientado por valores elevados e não pelo sentimento de vingança. A questão que punha a si próprio era *ser ou não ser*. Mas Hamlet era muito jovem e não pôde chegar a uma solução de maturidade. Nunca pensou, por exemplo, que podia *ser*, mas que estava *isento* de *ser* relativamente ao assassino do pai. A questão, no seu caso, não era *ser ou não ser*, era *ser e não ser*. Ser, mas estar isento.

2. Ofícios

Um erro de tradução frequente é dizer que a Comissão envia «*cartas*» a este ou àquele.

A Comissão envia *ofícios*, como é normal numa Administração, não envia cartas, quer dizer, envia «*cartas*» com conteúdo oficial, *ofícios*.

O caso é diferente se, por exemplo, um Comissário escrever a um Primeiro-Ministro ou a um Embaixador uma carta pessoal. Nesse caso, envia-lhe uma carta e não um *ofício*. É que, nesse caso, não é o Comissário, a Comissão ou os serviços da Comissão que envia um *ofício* ao Embaixador, à Embaixada ou aos serviços da Embaixada. É o Senhor Fulano de tal, que é Comissário, que escreve pessoalmente ao Primeiro-Ministro ou ao Embaixador.

Lembram-se da polémica relativa ao malogrado Comissário Buttiglione? Buttiglione dizia que uma coisa era ele Rocco Buttiglione e outra o Comissário Buttiglione. Do ponto de vista jurídico tinha, sem dúvida, razão. Uma coisa é a pessoa e outra o titular do cargo.

3. Traduções apressadas do inglês

Com o aumento das traduções a partir do inglês aumentaram evidentemente os anglicismos.

O tradutor lê: «Regulation establishing the *condition*» e escreve «Regulamento que estabelece as *condições*». Não, o Regulamento não estabelece condições nenhuma. Estabelece é regras, normas, e é isso que se quer dizer em inglês.

O tradutor lê: «Arbitration *clause*» e escreve «*Cláusula* de arbitragem». Nos actos normativos não há cláusulas. Cláusulas, só nos contratos. Nos textos de Ambiente tenho visto muitas vezes: «*Cláusula* do poluidor-pagador». Não se trata de uma cláusula, trata-se de uma autêntica norma, não resulta de nenhum acordo.

Nos actos normativos também não se «*estipula*», como muitas vezes tenho lido. Só se *estipula* nos contratos.

O tradutor lê «... is obliged to the *requirement*» e escreve «... está obrigado ao *requisito*». Não, os requisitos, na terminologia jurídica portuguesa, são situações que, uma vez verificadas, dão lugar a certas vantagens. Para poder beneficiar da nacionalidade portuguesa, por exemplo, há certos requisitos, certas situações prévias que, uma vez verificadas, dão direito à nacionalidade e ao passaporte. Mas se, por exemplo, eu estiver obrigado a não ultrapassar as quotas leiteiras não estou obrigado a nenhum requisito. Estou sujeito a um dever. A única vantagem que eu tiro da não ultrapassagem da quota é a de não ser sancionado. Se eu estiver proibido de fazer determinados acordos não estou obrigado ao requisito de não fazer tais acordos. Estou pura e simplesmente proibido de os fazer.

Quando a Comissão «*requires*», não é «*requer*». A Administração não «*requer*», a não ser aos tribunais, a Administração exige. Quem *requer* são os particulares.

Cuidado, portanto, com as traduções apressadas do inglês.

pedro.andrade@cec.eu.int



Textos unilingues, textos plurilingues – ordem das línguas

*Maria do Céu Sacramento e Paulo Correia
Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia*

Qual a ordem a seguir para indicar as diferentes línguas num documento, nomeadamente na famosa cláusula final «O presente Acordo é redigido em [...] exemplares, nas línguas...» ou semelhantes?

O «Formulário dos Actos Elaborados no Âmbito do Conselho da União Europeia» («Ordem das Línguas»⁽¹⁾) e o «Código de Redacção Interinstitucional» («Línguas»⁽²⁾) estabelecem as regras a seguir para determinar a ordem das versões linguísticas ou de enumeração das línguas, em função do carácter plurilingue ou unilingue dos textos.

Na prática, a questão que por vezes se coloca a quem tem de traduzir a cláusula final supra é saber se o texto em tradução é um «texto plurilingue» ou um «texto unilingue».

Começou-se, dessa forma, por apurar o que se entende exactamente por «texto plurilingue» e «texto unilingue». Para eliminar quaisquer dúvidas, foram consultados o Serviço Jurídico da Comissão Europeia, o Serviço das Publicações (OPOCE) e a Nota do Jurisconsulto do Conselho, de 14 de Novembro de 1986, que esteve na base da redacção do ponto «Ordem das Línguas» do Formulário.

Textos plurilingues

Por «texto plurilingue» entende-se um texto ou parte de um documento⁽³⁾ (geralmente um anexo de um acto legislativo) que reúne no mesmo corpo diferentes versões linguísticas (publicado no Jornal Oficial, sob forma única, em mais do que uma língua oficial).

Exemplo de texto plurilingue:

Anexo plurilingue do Regulamento (CE) n.º 1827/2004 da Comissão, de 19 de Outubro de 2004, que fixa os rendimentos em azeitonas e em azeite para a campanha de 2003/2004⁽⁴⁾:

«ANEXO — PŘÍLOHA — BILAG — ANHANG — LISA — ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ — ANNEX — ANNEXE — ALLEGATO — PIELIKUMS — PRIEDAS — MELLÉKLET — BIJLAGE — ZAŁĄCZNIK — ANEXO — PRÍLOHA — PRILOGA — LIITE — BILAGA»

A ordem das versões linguísticas integradas no texto é determinada pela ordem alfabética comum das designações oficiais das línguas na sua grafia original, a saber:

espanhol⁽⁵⁾; checo; dinamarquês; alemão; estónio; grego; inglês; francês; irlandês⁽⁶⁾; italiano; letão; lituano; húngaro; maltês; neerlandês; polaco; português; eslovaco; esloveno; finlandês; sueco.

Esta ordem é, obviamente, igual para todas as línguas.

⁽¹⁾ <http://www.cc.cec/DGT/cidbxi/multidoc/pt/cidpt/varios/acts-pt.pdf>

⁽²⁾ <http://publications.eu.int/code/pt/pt-370200.htm>

⁽³⁾ Um mesmo documento em tradução pode ter uma parte unilíngue e outra plurilingue (que em geral não se traduz).

⁽⁴⁾ http://europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/site/pt/oj/2004/L_321/L_32120041022pt00040022.pdf (JO L 321 de 22.10.2004)

⁽⁵⁾ *Castellano* determina a ordem alfabética do espanhol.

⁽⁶⁾ *Gaeilge*: língua oficial mas não de trabalho – a incluir apenas em textos do direito primário.

Textos unilingues

Por «texto unilingue» entende-se um texto redigido na mesma língua e cujas diferentes versões linguísticas são publicadas separadamente.

Nos textos unilingues, em português, a enumeração das línguas é feita de acordo com a ordem alfabética das designações oficiais das línguas em português, a saber:

alemão; checo; dinamarquês; eslovaco; esloveno; espanhol; estónio; finlandês; francês; grego; húngaro; inglês; (irlandês)⁽¹⁾; italiano; letão; lituano; maltês; neerlandês; polaco; português; sueco.

Assim, a resposta à questão levantada no início do artigo é clara:

A redacção da cláusula final é:

«O presente Acordo é redigido nas línguas alemã, checa, dinamarquesa, eslovaca, eslovena, espanhola, estónia, finlandesa, francesa, grega, húngara, inglesa, italiana, letã, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, portuguesa e sueca.»

E para quem defenda solução distinta (ordem das línguas tal como consta no original ou ordem das versões linguísticas em textos plurilingues), aqui fica um exemplo de documento plurilingue referido na Nota do Jurisconsulto do Conselho, de 14 de Novembro de 1986, em que a um texto unilingue (o articulado) - ao qual se aplica a regra da enumeração das línguas - se segue um texto plurilingue (página de assinaturas) - ao qual se aplica a regra de ordenação das versões linguísticas:

Acordo-quadro de cooperação científica e técnica entre as Comunidades Europeias e a República da Áustria⁽²⁾:

«[...]»

Artigo 16.º

O presente Acordo é redigido em duplo exemplar nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, inglesa, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos textos.

[...]

Hecho en Bruselas, el quince de julio de mil novecientos ochenta y seis.

Udfærdiget i Bruxelles, den femtende juli nitten hundrede og seksogfirs.

Geschehen zu Brüssel am fünfzehnten Juli neunzehnhundertsechszundachtzig.

Έγινε στις Βρυξέλλες, στις δεκαπέντε Ιουλίου χίλια εννιακόσια ογδόντα έξι.

Done at Brussels on the fifteenth day of July in the year one thousand nine hundred and eighty-six.

Fait à Bruxelles, le quinze juillet mil neuf cent quatre-vingt-six.

Fatto a Bruxelles, addì quindici luglio millenovecentoottantasei.

Gedaan te Brussel, de vijftiende juli negentienhonderd zesentachtig.

Feito em Bruxelas, em quinze de Julho de mil novecentos e oitenta e seis.

Por el Consejo y la Comisión de las Comunidades Europeas
For Rådet og Kommissionen for De europæiske Fællesskaber
Für den Rat und die Kommission der Europäischen Gemeinschaften
Για το Συμβούλιο και την Επιτροπή των Ευρωπαϊκών Κοινοτήτων
For the Council and the Commission of the European Communities
Pour le Conseil et la Commission des Communautés européennes

⁽¹⁾ Irlandês: língua oficial mas não de trabalho – a incluir em textos do direito primário.

⁽²⁾ [http://europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21986A0805\(02\):PT:HTML](http://europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21986A0805(02):PT:HTML) (JO L 216 de 05.08.1986)

Per il Consiglio e la Commissione delle Comunità europee
 Voor de Raad en de Commissie van de Europese Gemeenschappen
 Pelo Conselho e pela Comissão das Comunidades Europeias

En nombre del Gobierno de la República de Austria
 På vegne af regeringen for republikken Østrig
 Im Namen der Regierung der Republik Österreich
 Εξ ονόματος της Κυβέρνησης της Δημοκρατίας της Αυστρίας
 On behalf of the Government of the Republic of Austria
 Au nom du gouvernement de la république d'Autriche
 A nome del governo della Repubblica d'Austria
 Namens de Regering van de Republiek Oostenrijk
 Em nome do Governo da República da Áustria.»

Recomenda-se a consulta dos pontos acima indicados do Formulário e do Guia, onde são apresentadas as soluções para outros tipos de textos (actos do direito primário, documentos nacionais em aplicação de textos aprovados pelo Conselho).

Maria.Sacramento@cec.eu.int
Paulo.Correia@cec.eu.int



Regiões dos novos Estados-Membros (EU10) – 1.ª parte

Paulo Correia e Susana Gonçalves
Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia

Em 2001 foi publicado um [número especial](#) de «a folha» consagrado às regiões da União Europeia, EFTA e Europa Central. As regiões que foram escolhidas correspondem aos dois níveis mais elevados da nomenclatura das unidades territoriais estatísticas (NUTS), classificação do Eurostat utilizada como referência para a recolha e harmonização de estatísticas regionais.

Com o **alargamento de 1 de Maio de 2004**, torna-se oportuno republicar a listas das regiões da totalidade dos novos Estados-Membros, dando conta da actualização, entretanto verificada, das regiões NUTS e indo um nível mais à frente do que na lista de 2001 (NUTS3), contribuindo, assim, para um melhor conhecimento da geografia dos EU10. O grupo de trabalho de toponímia do Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP) foi consultado.

Os EU10 são apresentados pela ordem alfabética dos respectivos códigos ISO. Para cada país, as entradas NUTS1 são assinaladas a negrito, seguidas das entradas NUTS2 e NUTS3 nelas compreendidas. Apresentam-se, neste número, cinco países: **Chipre**, **República Checa**, **Estónia**, **Hungria** e **Lituânia**. No próximo número será publicada a lista correspondente à Letónia, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia.

CHIPRE (CY)

<i>Código</i>	<i>el</i>	<i>pt</i>
CY0	Κύπρος	Chipre
CY00 CY000	Κύπρος: Κύπρος	Chipre: Chipre

REPÚBLICA CHECA (CZ)

<i>Código</i>	<i>cs</i>	<i>pt</i>
CZ0	Česká Republika	República Checa
CZ01 CZ010	<u>Praha:</u> Hlavní město Praha	<u>Praga:</u> Praga (capital)
CZ02 CZ020	<u>Střední Čechy:</u> Středočeský kraj	<u>Boémia Central:</u> Região da Boémia Central
CZ03 CZ031 CZ032	<u>Jihozápad:</u> Jihočeský kraj Plzeňský kraj	<u>Sudoeste (República Checa):</u> Região da Boémia do Sul Região de Plzeň
CZ04 CZ041 CZ042	<u>Severozápad:</u> Karlovarský kraj Ústecký kraj	<u>Noroeste (República Checa):</u> Região de Karlovy Vary Região de Ústí nad Labem
CZ05 CZ051 CZ052 CZ053	<u>Severovýchod:</u> Liberecký kraj Královéhradecký kraj Pardubický kraj	<u>Nordeste (República Checa):</u> Região de Liberec Região de Hradec Králové Região de Pardubice
CZ06 CZ061 CZ062	<u>Jihovýchod:</u> Vysočina Jihomoravský kraj	<u>Sudeste (República Checa):</u> Vysočina Região da Morávia do Sul
CZ07 CZ071 CZ072	<u>Střední Morava:</u> Olomoucký kraj Zlínský kraj	<u>Morávia Central:</u> Região de Olomouc Região de Zlín
CZ08 CZ080	<u>Moravskoslezsko:</u> Moravskoslezský kraj	<u>Morávia-Silésia:</u> Região da Morávia-Silésia

ESTÓNIA (EE)

<i>Código</i>	<i>et</i>	<i>pt</i>
EE0	Eesti	Estónia
EE00 EE001 EE002 EE003 EE004 EE005	<u>Eesti:</u> Põhja-Eesti Lääne-Eesti Kesk-Eesti Kirde-Eesti Lõuna-Eesti	<u>Estónia:</u> Estónia do Norte Estónia Ocidental Estónia Central Estónia do Nordeste Estónia do Sul

HUNGRIA (HU)

<i>Código</i>	<i>hu</i>	<i>pt</i>
HU1	Közép-Magyarország	Hungria Central
HU10 HU101 HU102	<u>Közép-Magyarország:</u> Budapest Pest	<u>Hungria Central:</u> Budapeste Peste

HU2	Dunántúl	Transdanúbia
HU21 HU211 HU212 HU213	<u>Közép-Dunántúl:</u> Fejér Komárom-Esztergom Veszprém	<u>Transdanúbia Central:</u> Fejér Komárom-Esztergom Veszprém
HU22 HU221 HU222 HU223	<u>Nyugat-Dunántúl:</u> Győr-Moson-Sopron Vas Zala	<u>Transdanúbia Ocidental:</u> Győr-Moson-Sopron Vas Zala
HU23 HU231 HU232 HU233	<u>Dél-Dunántúl:</u> Baranya Somogy Tolna	<u>Transdanúbia do Sul:</u> Baranya Somogy Tolna
HU3	Alföld és Észak	Alfold e Norte
HU31 HU311 HU312 HU313	<u>Észak-Magyarország:</u> Borsod-Abaúj-Zemplén Heves Nógrád	<u>Hungria do Norte:</u> Borsod-Abaúj-Zemplén Heves Nógrád
HU32 HU321 HU322 HU323	<u>Észak-Alföld:</u> Hajdú-Bihar Jász-Nagykun-Szolnok Szabolcs-Szatmár-Bereg	<u>Alfold do Norte:</u> Hajdú-Bihar Jász-Nagykun-Szolnok Szabolcs-Szatmár-Bereg
HU33 HU331 HU332 HU333	<u>Dél-Alföld:</u> Bács-Kiskun Békés Csongrád	<u>Alfold do Sul:</u> Bács-Kiskun Békés Csongrád

LITUÂNIA (LT)

Código	lt	pt
LT0	Lietuva	Lituânia
LT00	<u>Lietuva:</u>	<u>Lituânia:</u>
LT001	Alytaus apskritis	Região de Alytus
LT002	Kauno apskritis	Região de Kaunas
LT003	Klaipėdos apskritis	Região de Klaipėda
LT004	Marijampolės apskritis	Região de Marijampolė
LT005	Panevėžio apskritis	Região de Panevėžys
LT006	Šiaulių apskritis	Região de Šiauliai
LT007	Tauragės apskritis	Região de Tauragė
LT008	Telšių apskritis	Região de Telšiai
LT009	Utenos apskritis	Região de Utena
LT00A	Vilniaus apskritis	Região de Vilnius

Paulo.Correia@cec.eu.int
Susana.Goncalves@cec.eu.int



Português para Estrangeiros **Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa**

Augusto Múrias
Parlamento Europeu

Fulano, Sicrano e Beltrano

Fulano, Sicrano e Beltrano - Será exactamente nesta ordem - por sinal contrária à ancestral sequência ordenada pelo alfabeto - que em português se alude a três pessoas diferentes, cujo nome não se quer explicitar. Funcionam como nomes próprios, pelo que são redigidos com inicial maiúscula. Ou seja, *Fulano, Sicrano e Beltrano* designam os indivíduos que também poderíamos identificar como A, B e C. Em coerência com os demais dicionários unilingues comuns do português, o Dicionário Houaiss define o significado de «fulano» - palavra de registo coloquial que herdámos do árabe por via do castelhano - como «tratamento vago e indeterminado, geralmente atribuído àquele cujo nome não se conhece ou a quem, intencionalmente, não se deseja nomear».

As formas «Sicrano» e «Beltrano» possuem uma etimologia própria. Porém, sofreram uma assimilação formal a «fulano», para se surtir um efeito de rima. Comprova este propósito de rima a seguinte forma correspondente a um registo brasileiro:

Alguém conhece as propostas de Fulano, Ciclano ou Beltrano? Não! Mas não importa, fulano é de tal partido, Ciclano do oposto e Beltrano, sei lá, está por aí e é bom de papo!

Acrescenta o Dicionário Houaiss que «fulano» - e, já agora, «fulana» -, empregue com uma conotação pejorativa, significa um «sujeito qualquer, sem importância». Esclareça-se, porém, que a forma «fulano» não insinua necessariamente uma conotação pejorativa, tal como de resto o vocábulo «sujeito», nesta acepção semântica⁽¹⁾:

O Fulano/O sujeito é o nosso melhor funcionário, porque é de longe aquele que efectua mais vendas.

Em determinadas combinações, «fulano» marca de forma inequívoca uma decência de valoração em relação a outras alternativas, incontornavelmente depreciativas:

Admitamos que o Sr. Fulano de tal é vítima de uma burla.

Esclareça-se, no entanto, que, em termos de referência do nome da pessoa em causa, «Fulano de tal» o exprime de forma igualmente vaga, só que mais respeitosa.

Se uma conotação pejorativa é implícita em «fulano qualquer», ela é ainda mais manifesta na forma diminutiva «fulaninho» e em nomes compostos, igualmente inventariados em dicionário, correspondentes a um registo familiar, e que eu próprio, em parte, desconhecia: «fulano-dos-anzóis», «fulano-dos-anzóis-carapuça» e «fulano-dos-grudes».

Até aqui tudo bem. O problema é quando através das entrelinhas se percebe que Fulano até tem nome e é sobejamente conhecido... tal como, se calhar, Sicrano e Beltrano...

amurias@europarl.eu.int

⁽¹⁾ Na norma brasileira é mais frequente, nesta acepção semântica, o vocábulo «cara». Tal como no caso de «sujeito», e contrariamente a «fulano/a», «cara» apenas se aplica a um indivíduo do sexo masculino. A norma europeia do português conhece, em registo coloquial, a forma «sujeita», que tem valoração neutra: *Ela é uma sujeita mesmo impecável.*

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não reflectindo necessariamente a opinião da Redacção nem das instituições europeias.

A Redacção é responsável pela linha editorial de «a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redacção: Renato Correia (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); António Raul Reis (Serviço de Publicações); Fernando Gouveia (TJCE); Paulo Correia (Comissão); Manuel Silveira (CESE-CR)

Grupo de apoio: Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Miguel Magalhães (Comissão); António Mendes da Costa (Conselho da UE); Nuno Morais (Comissão)

Paginação: Carla Ribeiro Carvalho (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@cec.eu.int

Edição impressa: oficinas gráficas dos Serviços Conjuntos do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões (Bruxelas) e do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (Luxemburgo).

Edição electrónica: sítio Web da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia - <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.